

William Santos de Assis
Myriam Oliveira
Fábio Halmenschlager

Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental

1. Introdução

A construção do território das fronteiras agrárias amazônicas tem se caracterizado, historicamente, por processos complexos de ocupação do espaço e de exploração do meio natural. Essa complexidade, relacionada essencialmente à existência de uma ampla diversidade social e de um meio natural heterogêneo, ambos frequentemente submetidos a processos acelerados de transformação, torna essas áreas de fronteira agrária espaços extremamente instigantes em termos de dinâmicas territoriais.

William Santos de Assis é professor do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA/Marabá e coordenador do Laboratório Socioagronômico do Tocantins (Lasat) (williamassis@ufpa.br); Myriam Oliveira é doutoranda do PGDR/UFRGS, professora do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA e pesquisadora no Lasat (myriam@ufpa.br); Fábio Halmenschlager é professor da Faculdade de Engenharia Florestal da UFPA, Campus de Altamira e pesquisador do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET) (flh@ufpa.br).

Uma dessas áreas de fronteira agrária mais conhecida na Amazônia oriental é a da mesorregião do sudeste paraense. Nela, a agricultura familiar representa mais da metade do território ocupado e constitui-se atualmente em um dos principais atores regionais, sobretudo após as políticas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar implementadas pelo governo federal. Porém, apesar da importância que possui na região, essa categoria ainda tem encontrado várias limitações no seu processo de consolidação, o que dificulta o cumprimento de certas funções a ela atribuídas. Como manter uma identidade social e cultural ou preservar os recursos e a paisagem rural, por exemplo, em um espaço onde uma relativa instabilidade de manutenção dos modos de vida e um ritmo veloz de mudanças dão o tom das dinâmicas?

Além disso, essa instabilidade ganha um peso a mais quando se considera a presença de uma multiplicidade de interesses, principalmente no que diz respeito à posse e uso dos recursos naturais e dos meios de produção, dando margem a uma constante disputa pela consolidação de diferentes projetos coletivos.

Este artigo se propõe, então, compreender melhor as atuais dinâmicas e os projetos territoriais que estão se desenvolvendo nessa fronteira agrária do sudeste paraense, tomando como referência a região de Marabá, no estado do Pará.

2. A região de Marabá: algumas características

A região de Marabá abrange um conjunto de municípios formado por Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia, sendo sua denominação e constituição definidas em função do raio de atuação do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins-Lasat¹ (Figura 1). Mesmo sendo uma denominação interna, ela possui legitimidade entre os atores locais e sua delimitação espacial se articula com as dinâmicas territoriais que se sucedem nessa porção do estado. Essa região praticamente coincide com a delimitação proposta pela Secretaria

de Desenvolvimento Territorial (SDT) para o território do sudeste do Pará.²

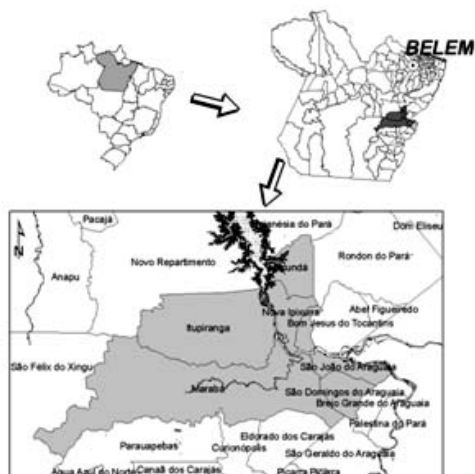


Figura 1 – Localização da região de Marabá.

Essa região abrange uma área de 29.276 km² e conta uma população de aproximadamente 380.400 habitantes. A maior referência dessa área é o município de Marabá, a 500 km de Belém, concentrando mais de 50% do total da população regional; sua localização privilegiada às margens do rio Tocantins e próximo a rodovias importantes (PA-150, Transamazônica e Belém-Brasília) lhe confere uma posição estratégica. A densidade demográfica é baixa e a grande maioria dessa população se concentra nas áreas urbanas, havendo, porém, municípios como Itupiranga e São João onde a população rural é bastante significativa (Tabela 1). Em 2000 esta região apresentava um índice médio de desenvolvimento humano de 0,657, tendo este índice sofrido um aumento considerável desde 1991, quando girava em torno de 0,559.

Tabela 1 – Distribuição da população e densidade demográfica na região de Marabá, em 2007

	Área (km ²)	Dens. Demog. (pop./km ²)	Popula- ção total*	%	Populaçã o Urbana*	%	Populaçã o Rural*	%
Região de Marabá	29.276,9		380.431	100,0	252.334	66,3	130.097	34,2
Marabá	15.092,3	13,6	205.753	54,1	164.550	80,0	41.203	20,0
Itupiranga	7.880,2	8,6	67.581	17,8	20.080	29,7	47.501	70,3
Jacundá	2006,0	24,7	49.551	13,0	42.184	85,1	7.367	14,9
Nova Ipixuna	1.609,8	9,2	14.721	3,9	6.460	43,9	8.261	56,1
São Domingos	1.392,4	17,9	24.868	6,5	15.522	62,4	11.346	45,6
São João	1.296,2	13,9	17.957	4,7	3.538	19,7	14.419	80,3

Fonte: Sepof/ IBGE – Elaboração e Cálculo: Sepof/Diepi/Gede.
*População estimada.

Uma das grandes particularidades dessa região é fazer parte de uma área de fronteira agrária, definida aqui como uma área nova que passa por movimentos de incorporação à economia e à sociedade nacional e que se transforma em novo espaço regional, cujas características biofísicas e socioeconômicas criadas são dificilmente reversíveis (MONBEIG, 1966 citado por ALBALADEJO; TULLET, 1996). Assim como as demais fronteiras amazônicas, a fronteira agrária do sudeste do Pará abrange uma grande extensão (ainda em processo de expansão em direção ao oeste) e possui um ritmo bastante acelerado de transformação que lhe atribui novas características. Esse dinamismo no processo de transformação do espaço e a ampla diversidade da sociedade local são justamente os traços mais marcantes da região de Marabá.

Apesar de ter adquirido uma projeção maior somente em períodos recentes, não é de hoje que essa área da região de Marabá se destaca no cenário nacional. Entre o final do século XIX e a metade do século XX, a região ficou bastante conhecida por se constituir em uma das principais fornecedoras de produtos extrativos, como caucho (árvore produtora de látex), castanha-do-pará, peles de animais, diamantes e cristais de rocha para o mercado interno e, sobretudo, para o mercado externo. Os ciclos econômicos que as

explorações desses produtos estabeleceram foram fundamentais no processo de ocupação e na formação da estrutura social e fundiária da região. A partir do ciclo da castanha, por exemplo, o mais longo e mais importante,³ foi consolidada a oligarquia local e foram constituídos os grandes latifúndios que caracterizaram por anos essa área e que, mais tarde, passariam a funcionar como pivô dos inúmeros conflitos nela ocorridos (EMMI, 1999).

Mesmo tendo havido certa dinamização da ocupação regional na época dos ciclos econômicos, foi somente a partir de meados da década de 1960 que esse processo começou de fato a se intensificar, atingindo seu auge nas duas décadas seguintes. Na década de 1960, dentro de um contexto político-econômico cujo principal objetivo do Estado era “incorporar” a Amazônia ao espaço nacional e promover o crescimento econômico do país, o governo militar começou a agir fortemente nessa região através de políticas desenvolvimentistas e de importantes estratégias institucionais e territoriais, criando um cenário bastante ativo de mudanças nas dinâmicas locais.

Uma das principais consequências dessas ações do governo foi o intenso fluxo migratório para a região entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse processo vieram, especialmente, agricultores em busca de terra para trabalho e trabalhadores em busca de emprego, mas também empresas de médio e grande portes e grandes pecuaristas visando à apropriação de terra e exploração das riquezas naturais locais. Essa diversidade de atores com interesses distintos de apropriação e exploração dos recursos naturais levou a disputas abertas e ao estabelecimento de sérios conflitos na região, sobretudo conflitos fundiários.

Esse contexto de disputa pela terra não somente afetou a situação fundiária regional, mas também foi determinante para o estabelecimento de um padrão de exploração do meio natural baseado na transformação das áreas de florestas em pastagens cultivadas, além de ser responsável pelo desencadeamento do processo organizativo

dos agricultores que culminou na emergência de um movimento social forte a partir de meados da década de 1980 e início da década de 1990, influenciando para que a agricultura familiar se constitua hoje em um dos principais atores regionais.

A adoção dessa forma de exploração do meio natural baseada na pecuária e na formação de pastagens predominou na região de forma hegemônica pelo menos até metade da década de 1990. Ao longo desse período, predominava entre os agricultores familiares a adoção da “estratégia de fronteira”. Essa estratégia incluía, basicamente, um processo de transformação das áreas de floresta em pastagens, posterior venda da terra e compra de outra mais barata, em locais mais distantes e, geralmente, com mata para reiniciar o processo de exploração em melhores condições de investimento. Em geral, esse processo estava associado a um significativo processo de pecuarização e de concentração fundiária (DE REYNAL *et al.* 1995; DE REYNAL, 1999).

Esse processo de configuração do espaço regional, apesar de ainda ser significativamente determinado pela dinâmica relacionada ao gado, vem sofrendo nos últimos anos algumas modificações importantes. Os novos caminhos que a agricultura familiar tem trilhado estão relacionados não só com a capacidade que os próprios agricultores e suas organizações têm em influir nas dinâmicas territoriais, mas também com as novas perspectivas abertas pelas mudanças que vêm ocorrendo no contexto regional desde a metade da década de 1990. Tais mudanças têm relação direta com a implementação pelo governo federal das políticas públicas voltadas para a proteção do ambiente e, principalmente, para o apoio da agricultura familiar, tendo destaque os programas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar.

Essas políticas têm sido fundamentais para a dinâmica regional na medida em que têm provocam alterações significativas na infraestrutura existente (estradas, energia, estruturas de beneficiamento e comercialização, entre outros); no aspecto pro-

duativo; no acesso a serviços como educação, assistência técnica e previdência; na qualidade de vida das famílias, em especial nas condições de moradia; na distribuição do território regional, com o aumento da área ocupada pela agricultura familiar; e na configuração da estrutura organizacional da agricultura familiar regional. Além disso, a legislação mais rígida de proteção ambiental que vem sendo implementada pelos órgãos ambientais bem como as tentativas do governo de vincular as políticas ambientais com as políticas agrárias e de crédito têm contribuído para que a agricultura familiar crie novas alternativas sociais e produtivas e suscitado bastante discussão na região.⁴

Essas iniciativas que o governo vem procurando desenvolver na região nos últimos anos se caracterizam pelo uso de abordagens territoriais e pela utilização do mote do desenvolvimento sustentável. Esse é o caso, por exemplo, da criação do território da cidadania no sudeste do Pará, cuja área de abrangência coincide bastante com a região de Marabá, a partir do qual estão previstas ações de apoio à atividade produtiva, de acesso a direitos e de fortalecimento institucional com vistas à geração de renda e inclusão social. A reflexão que se tem feito sobre essa política do território serve também para estimular o debate sobre a questão da sustentabilidade das formas de exploração adotadas pelos diferentes atores locais.

Nesse mesmo sentido de discutir a sustentabilidade através da diversificação dos sistemas produtivos e do incentivo a práticas alternativas de manejo e exploração do meio natural, também vem se fortalecendo a discussão sobre a educação do campo na região. Tal discussão parte do princípio de que o processo de transformação da dinâmica regional passa por uma formação diferenciada voltada para a busca de alternativas para os problemas do campo. É, portanto, neste cenário de forte movimento de mudanças e transformações que estão se estabelecendo as atuais dinâmicas territoriais na região de Marabá.

3. As dinâmicas territoriais⁵

As dinâmicas territoriais podem ser analisadas quanto aos fatores que estruturam o território, fatores estes que se relacionam às dinâmicas espaciais e socioeconômicas.

3.1 *Dinâmicas espaciais*

Os principais determinantes das dinâmicas espaciais presentes na região de Marabá são: a composição da paisagem, a distribuição do território, e as redes de acesso e a existência de um polo regional.

Composição da paisagem

A paisagem na região de Marabá apresenta configurações diferenciadas entre as áreas mais próximas à sede do município de Marabá e às rodovias e as áreas mais afastadas a oeste dos municípios de Marabá e Itupiranga: enquanto na primeira as pastagens predominam e as florestas são escassas, na segunda as pastagens dividem espaço com áreas ainda significativas de floresta.

Tais configurações são frutos dos distintos processos de ocupação e de exploração que se desenvolveram na região a partir do século XIX. A ocupação mais efetiva pela sociedade nacional ocorreu primeiro na porção onde se concentravam os castanhais e as minas de diamantes e cristais de rocha. Mais tarde, a partir da década de 1960, esse mesmo espaço se constituiu em alvo da implementação maciça das políticas de integração da Amazônia, o que intensificou bastante seu processo de ocupação uma vez que tais ações governamentais foram responsáveis, entre outras coisas, pela atração de um grande número de migrantes para a região.

Dentro de um contexto de bastante instabilidade fundiária, de precárias condições do meio socioeconômico, de incentivo ao grande capital e de ausência de apoio à agricultura familiar, rapidamente a pecuária se estabeleceu como uma das principais atividades econômicas da região. A partir dela, a lógica de exploração do meio

natural baseada na substituição das florestas por pastagens cultivadas ganha tal proporção a ponto de imprimir um ritmo de transformação da paisagem extremamente veloz. Além disso, a forte exploração madeireira que se estabeleceu na região ajudou nesse processo de retirada da floresta.

Em função disso, atualmente nessa área o percentual de floresta existente é muito baixo, havendo municípios com níveis críticos de área desmatada. A paisagem é basicamente formada por pastagens, sendo que muitas delas se encontram em situação de elevada concorrência entre espécies forrageiras e invasoras, situação esta provocada em sua maioria pelos tipos de manejos adotados. Além da escassez de matas e capoeiras, a presença de significativos processos erosivos e de assoreamento de cursos d'água, gerados também por manejos inadequados de exploração e uso do solo, tem criado condições desfavoráveis para a manutenção das atividades agrícolas e de criações. Dessa forma, nessas áreas as escolhas técnicas adotadas procuram contornar algumas destas dificuldades com uso de insumos externos (principalmente herbicidas, adubos químicos, mecanização) e construção de estruturas como açudes para as criações, por exemplo, como forma de garantir a manutenção das atividades.

Na outra porção, mais longe dos eixos rodoviários e dos principais rios da região, a intensificação da ocupação se deu mais tarde: a menor presença de castanhais, os terrenos mais acidentados e a precariedade (se não ausência) das vias de acesso acabaram retardando a integração dessa área no processo já instalado na região períodos antes. O relativo isolamento começa a ser quebrado por volta da década de 1990, quando essa área passa a ser destino de famílias migrantes e de várias famílias vindas ou das áreas de ocupação mais antiga da própria região ou de outros municípios próximos em busca de mata para a implantação de roças, já que suas reservas anteriores foram, de modo geral, convertidas em pastagens. Diferentemente da outra porção, o processo de ocupação se desenrolou dentro de um contexto regional que já começava a se

modificar em função das políticas de reforma agrária e crédito, e isso foi importante pelo fato de as famílias conseguirem ter acesso mais rápido à regularização fundiária e a recursos para investimento.

Mesmo em condições diferenciadas, a dinâmica da pecuária também se estabeleceu nessa área como a mais importante forma de exploração do meio natural, sendo a principal responsável pelas taxas semelhantes ou talvez até mais elevadas do que as registradas nas áreas mais antigas (ESCADA, 2004; NASCIMENTO *et al.*, 2007; BRITTO *et al.*, 2007). O crédito teve sua influência para isso, uma vez que propiciou a introdução ou ampliação mais rápida do gado nos estabelecimentos familiares, mas por outro lado é preciso também observar que ampliou as possibilidades de diversificação dos sistemas produtivos (principalmente pelo incentivo aos cultivos permanentes e outros tipos de criações). Atualmente, é nessa porção da região onde se concentram as áreas mais florestadas e onde há maior presença de áreas protegidas (Figura 2).

Apesar das semelhanças entre essas áreas mais a oeste da região e as áreas de ocupação mais antiga no que diz respeito à dinâmica de transformação da paisagem, o fato de haver agora um interesse maior dos agricultores em outras atividades produtivas e um aparente esforço de diversificar os sistemas produtivos – prática bastante incentivada e reforçada pelos mediadores locais –, aliado à crescente preocupação com a problemática ambiental, dá indicações de que os resultados da evolução destes sistemas de produção não serão os mesmos daqueles das áreas mais antigas.

Distribuição do território

A distribuição do território na região de Marabá sofreu e ainda vem sofrendo grandes mudanças ao longo de sua ocupação. A concentração de terras teve início na época do ciclo da castanha-do-pará, sobretudo a partir da apropriação das áreas dos castanhais pela oligarquia local (EMMI, 1999). A estrutura fundiária formada

durante este período – reforçada posteriormente com as políticas de incentivo a grandes projetos agropecuários e com a consolidação das fazendas de gado – serviu de base para o desenvolvimento de todo o conflituoso processo de disputa do espaço na região a partir da década de 1970, envolvendo diversos atores sociais, entre eles a oligarquia local, madeireiros, fazendeiros, indígenas, extrativistas e agricultores.

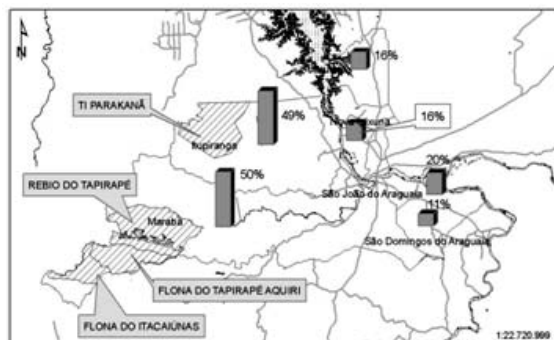


Figura 2 – Percentual de floresta existente em cada município.

Em função desse processo histórico de distribuição do território desde o final do século XIX, a agricultura não familiar (patronal e capitalista) foi detentora da maior parte das terras dessa região. Somente para se ter uma ideia, em 1996 aproximadamente 58% da superfície agrícola disponível estavam sob domínio da agricultura não familiar, apesar de a agricultura familiar representar na época algo em torno de 95% dos estabelecimentos agropecuários da região (DE REYNAL, 1999).

Esse quadro começa a mudar efetivamente a partir de meados da década de 1990, com o aumento da pressão dos movimentos sociais e das representações da agricultura familiar regional pela implementação da política de reforma agrária, cujo principal desdobramento foi a rápida expansão de assentamentos rurais na região (OLIVEIRA *et al.*, 2004). Hoje em dia, a mesorregião do sudeste do Pará, onde se localiza a região de Marabá, é uma das áreas

mais importantes dentro da política de reforma agrária, uma vez que conta o maior número de assentamentos do país, a saber, 481 assentamentos criados até início de 2008.

Apesar de boa parte dos assentamentos terem se constituído somente a partir de processos de regularização de áreas já ocupadas, houve também um processo importante de desapropriação de fazendas. A incorporação dessas áreas, somada às áreas que ainda estão em situação de conflito e às áreas tituladas, acaba conferindo à agricultura familiar a ocupação de mais da metade deste território⁶ (Figuras 3 e 4).

Essas mudanças ocorridas na estrutura fundiária da região de Marabá têm criado vários tipos de relação das famílias com a terra. Agora, além dos titulados (atendidos pelos projetos de colonização ou remanejados pela barragem), dos posseiros (residentes em áreas de posse, não regularizadas pelo Incra) e dos acampados, existem os assentados. De maneira simplificada, pode-se dizer que existem os beneficiários da política de reforma agrária e aqueles que estão fora dela, mas que ocupam uma área importante do território (OLIVEIRA *et al.*, 2004).

Há também espaços na região atribuídos às áreas protegidas, localizadas sobremaneira na porção mais a oeste: de acordo com PDTRS (2006), aproximadamente 15,7% da área do município de Marabá são ocupados por unidades de conservação; já as terras indígenas abrangem 18,1% da área do município de Itupiranga e 1,1% da área de São Domingos.

Redes de acesso e a existência de um polo regional

A cidade de Marabá constitui o principal centro urbano não só da região, mas também de toda a mesorregião do sudeste paraense. Esta condição de cidade mais importante da região não é recente, tendo sido formada ainda no período das economias extrativistas quando se tornou rapidamente o principal ponto de polarização

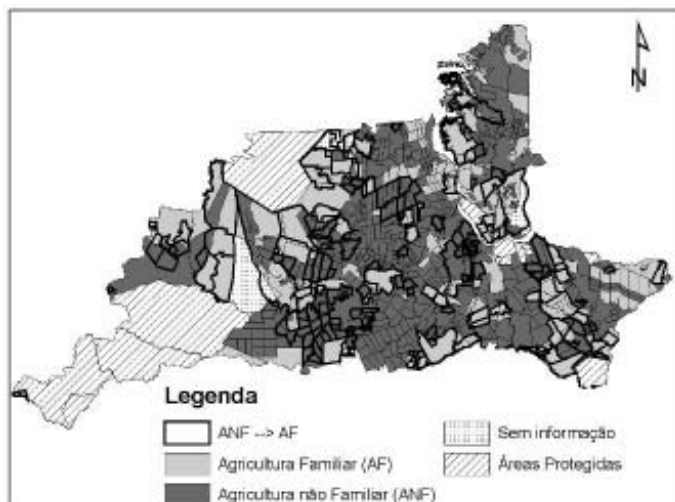


Figura 3 – Assentamentos criados parcial ou totalmente em áreas de fazendas na região de Marabá.

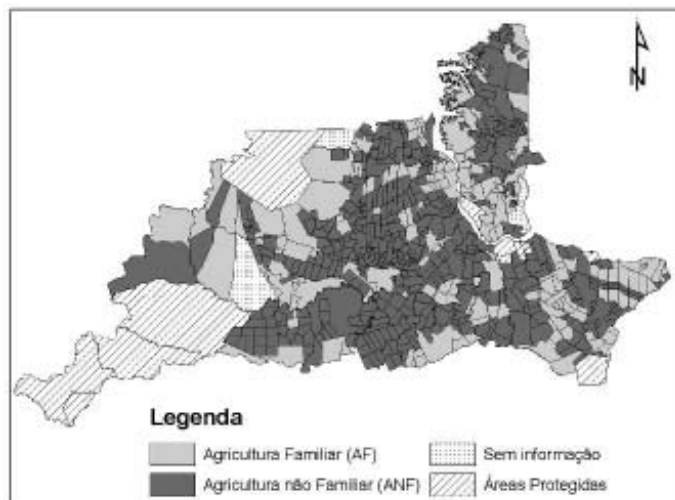


Figura 4 – Atual distribuição do território entre agricultura familiar e não familiar.

regional devido à abundância de suas reservas de recursos naturais, mas, sobretudo, devido à sua posição geográfica privilegiada para o escoamento dos produtos extrativos comerciais. Em função disso, logo foi se estabelecendo neste local toda uma infraestrutura com vistas a atender à crescente população (VELHO, 1982).

Atualmente, Marabá destaca-se como o mais importante centro financeiro, comercial, da construção civil, de oferta de empregos e de serviços de saúde, educação e outros serviços públicos,⁷ além de abrigar um distrito industrial importante e algumas empresas de diversos portes ligadas ao setor agropecuário. No distrito industrial destacam-se o setor de siderurgia (produção de ferro-gusa), a indústria madeireira e as olarias, e no setor agropecuário têm relevância as empresas de beneficiamento e comercialização de leite, carne (como o frigorífico Bertin, instalado em Marabá há pouco tempo) e frutas. Marabá também concentra parte do mercado de produtos agropecuários, comercializados em tradicionais feiras livres urbanas ou a partir de experiências recentes de feiras exclusivas para a comercialização de produtos da agricultura familiar.

Além da existência desse polo regional, a distribuição da rede viária e as condições de acesso influenciam na configuração do espaço regional. Depois da construção dos grandes eixos rodoviários (Belém-Brasília, Transamazônica, PA-150, PA-070, BR-163), cujos traçados cortaram municípios como Jacundá, Nova Ipixuna, São Domingos, São João e as proximidades das sedes dos municípios de Marabá e Itupiranga, a malha viária da porção leste da região se desenvolveu mais rapidamente. Esse desenvolvimento mais rápido das condições de acesso influenciou na velocidade de exploração do espaço na região, além de atualmente propiciar melhores condições de acesso aos centros urbanos e aos mercados, situação diferente da outra área mais nos interiores dos municípios de Marabá e Itupiranga, onde os acessos são mais difíceis.

3.2 *Dinâmicas socioeconômicas*

Na região de Marabá, as mudanças que se processaram a partir da metade da década de 1990 foram fundamentais para transformações nas dinâmicas socioeconômicas locais. Entre os principais elementos destas atuais dinâmicas socioeconômicas destacam-se: mudanças no padrão de migração da região, diversidade do movimento social ligado à agricultura familiar e mudanças na assistência técnica e nas bases produtivas dos agricultores ligadas à política do crédito.

Padrão de migração regional

Ao longo da sua ocupação, uma das principais características dessa região foi o grande movimento migratório que ela comportou a partir da década de 1970, processo este que não somente resultou em uma explosão populacional, mas que também levou ao rápido crescimento dos centros urbanos, em especial da cidade de Marabá.

No entanto, a partir da década de 1990, tanto o ritmo quanto o padrão desse processo migratório têm assumido novas características na dinâmica regional. Alguns estudos realizados na Amazônia oriental, como os de Hurtienne (2001), Oliveira *et al.* (2001) e Becker (2006), têm apontado para uma diminuição do ritmo migratório e para mudanças no padrão de migração inter-regional para padrão um de caráter mais intrarregional. Essa modificação do tipo de migração relaciona-se, entre outros fatores, com o aumento das possibilidades de acesso à terra e de regularização fundiária, com a melhoria na infraestrutura regional e na oferta de serviços viabilizada em sua maioria pela política de assentamentos, além das maiores possibilidades de acesso a financiamento para as atividades produtivas por meio da política de crédito. Tais elementos aparentemente têm estimulado as famílias de agricultores a aumentar seu tempo de permanência na mesma área.

O novo quadro da organização social ligada à agricultura familiar regional

Nos últimos anos a estrutura organizacional da agricultura familiar vem passando por mudanças importantes na sua configuração, a ponto de ser caracterizada atualmente pela presença de diferentes entidades representativas dos agricultores que se orientam por distintos projetos políticos.

Sem contar com o movimento de retomada e fortalecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região na década de 1980, esse processo de mudanças na organização social dos agricultores tem início na segunda metade da década de 1990, com a implantação da regional sudeste da Fetaagri – criada com o objetivo de coordenar e acompanhar as ações dos agricultores sindicalizados, logo se transformando na principal referência dos STRs – e com o estabelecimento do MST na região (VEIGA *et al.*, 2007). Além disso, as alterações na organização do movimento sindical também foram influenciadas pela implementação das políticas de crédito (Pronaf e, um pouco antes, o FNO-especial e o Procerá): a exigência dessas políticas em conceder o crédito somente por meio de uma associação local estimulou a proliferação de associações na região. Independentemente de terem sido criadas visando somente ao crédito, o aumento expressivo do número de associações de agricultores acabou resultando em uma mudança na estrutura interna do movimento sindical regional na medida em que passaram a assumir o papel de unidade de base deste movimento (OLIVEIRA *et al.*, 2004).

O desencadeamento dessa onda de criação de associações foi ainda o ponto de partida para o processo de surgimento de outras estruturas organizativas (ASSIS, 2007). Como existiam várias associações que foram formadas independentes do movimento sindical (algumas delas inclusive sob influência de políticos locais) e, portanto, sem um representante regional legítimo, a partir de 1998 foram criadas em vários municípios as Centrais de Associações e,

mais tarde, em 2001, foi criada a Federação das Centrais de Associações de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Pará (Fecap), com atuação basicamente na mesorregião sudeste. De uns dois anos para cá, esta nova entidade organizativa dos agricultores tomou uma amplitude maior, já que se transformou na representante local da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), e vem aumentando gradativamente a sua área de atuação na região em detrimento de uma perda de espaço da Fetagri-regional sudeste.

Essa diversidade de estruturas representativas ligadas à agricultura familiar tem tido influência sobre as dinâmicas regionais em diferentes âmbitos. No campo produtivo, por exemplo, apesar de Fetagri, Fetraf e MST adotarem o discurso da diversificação como fundamental para garantir a reprodução social das famílias, os três movimentos partem de princípios e estratégias diferenciadas para a implementação desse discurso na prática. Da mesma maneira, as formas de inserção política destas entidades e suas articulações com as diferentes esferas do poder público (regional, estadual e federal) também repercutem sobre as ações levadas a cabo na região e no espaço que cada uma delas assume no contexto regional.

As mudanças na estrutura de apoio técnico e nas bases produtivas dos agricultores

Além de impactar sobre a estrutura organizativa regional, a política de crédito também provocou outras mudanças institucionais importantes como o surgimento de prestadoras de serviços de assistência técnica,⁸ diretamente responsáveis pelo apoio técnico dos projetos de crédito nas áreas de reforma agrária. Atualmente, a atuação destas prestadoras é fundamental para o incentivo ao processo de diversificação das atividades produtivas dos agricultores (de certa forma facilitada de uns tempos para cá através da relativa flexibilização dos pacotes produtivos do crédito) e para a disseminação do discurso da sustentabilidade dos sistemas de produ-

ção familiares baseados neste princípio da diversificação. Isto tem tido um efeito sobre as estratégias produtivas adotadas pelos agricultores, uma vez que abre novas perspectivas de evolução dos estabelecimentos familiares que não passam necessariamente pelo único caminho da pecuária.

Na região, esse incentivo à diversificação dos sistemas de produção também se manifesta nas iniciativas de consolidação de estrutura de beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar regional com bases no cooperativismo. Neste sentido, em 2003, foi criada a Fecat com o objetivo de articular cooperativas municipais de beneficiamento e comercialização aos mercados regional e nacional. A importância que a Fecat tem hoje em dia e sua ligação com o movimento social, sobretudo com a Fetagri, de certa forma influenciaram na orientação da área de abrangência de algumas políticas implementadas na região, como foi o caso, por exemplo, da delimitação do território da SDT.

4. Os projetos coletivos e territórios

A condição de fronteira agrária da região de Marabá confere peculiaridades que dificultam precisar projetos coletivos em muitas das suas características, em especial os limites geográficos, considerando os municípios como unidade de escala.

Outra implicação da característica de fronteira agrária é a necessidade de relativização do conceito de multifuncionalidade da agricultura (ou antes, de sua adaptação/adequação). Nos âmbitos das funções de “reprodução socioeconômica das famílias” e “segurança alimentar” é possível analisar a realidade local operando com o conceito, porém, nas funções de “manutenção do tecido social e cultural” e “preservação dos recursos naturais e da paisagem rural”, é necessário relativizar a sua aplicabilidade. Isso porque tanto o tecido social quanto a paisagem rural estão muito indefinidos e em rápida transformação e, no caso ainda da paisagem, por não

haver dados que permitam afirmar que tal paisagem que se antevê será necessariamente estável. Essa questão sobre a aplicabilidade do conceito de multifuncionalidade será retomada na discussão final deste trabalho.

Apesar dessas dificuldades, foram identificados três projetos coletivos que têm forte ligação entre si, pois agrupam a maior parte das instituições com foco na agricultura familiar com ação ativa em relação às políticas públicas, seja na proposição e discussão ou mesmo na contraposição à ação do Estado. Nos três projetos, o município de Marabá participa como polo. São eles:

- Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará;
- Grupo de discussão acerca do Distrito Florestal do Carajás;
- Território do Sudeste do Pará (SDT).

Os dois primeiros projetos serão descritos de forma sucinta a seguir; o Território do Sudeste do Pará será mais bem aprofundado no próximo tópico, uma vez que foi escolhido como objeto de análise para este artigo.

Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará

A busca por alternativas de educação mais adequada às demandas dos agricultores familiares da região de Marabá nasce junto com o fortalecimento e organização do movimento sindical e ganha efetividade em uma primeira experiência levada a cabo em 1997, com a criação da Escola Família Agrícola, no município de Marabá. O projeto pedagógico, fortemente calcado na pedagogia da alternância e na abordagem sistêmica, pretende oferecer aos filhos dos agricultores a possibilidade de permanência no campo com formação adequada.

A experiência aglutinou várias instituições que, somadas a outras, criaram o Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sude-

te do Pará em 2002; tal Fórum passou a ser a expressão regional do movimento nacional e estadual, propositor e reivindicador de políticas públicas específicas para a educação da população do campo. As principais ações do Fórum atualmente são: realização de conferências com o intuito de recolher demandas e propostas para a construção do Plano Estadual de Educação do Estado do Pará; implantação de um curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo e participação no processo de construção do plano pedagógico da Escola Agrotécnica Federal de Marabá. Compõem o Fórum: Universidade Federal do Pará (UFPA), Movimento dos Sem-Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura, regional sudeste do Pará (Fetagri-sudeste), Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (Fata)/Escola Família Agrícola (EFA), Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços), Laboratório Socioagronômico do Tocantins (Lasat), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Estado do Pará-Marabá (Sintepp/Marabá), Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas (Semed/Parauapebas).

Grupo de discussão acerca do Distrito Florestal do Carajás

Este grupo surgiu a partir da tentativa do governo federal, via Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA), de implantação do Distrito Florestal do Carajás (DFC). A região denominada Polo Carajás compreende parte dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins e concentra 14 indústrias siderúrgicas em um raio de 150 quilômetros. O consumo dessas indústrias é de 12 a 14 milhões de metros cúbicos de lenha para a produção de carvão (MMA, 2008), sendo que a grande maioria dessa demanda é suprida pelo carvão extraído ilegalmente de áreas de projetos de assentamento da região. No discurso governamental, a criação do Distrito solucionaria grande parte deste problema.

A percepção compartilhada entre as instituições que compõem o grupo é a de que a política do DFC, da forma como foi concebida e

do modo como conduzida a tentativa de sua implantação, viria beneficiar o setor guseiro da região em detrimento da agricultura familiar, uma vez que integraria os agricultores (via compra antecipada) em uma cadeia de produção de carvão a partir do cultivo de espécies exóticas, como o eucalipto. Assim, a política coloca as indústrias guseiras no papel de principais agentes do desenvolvimento regional e, de certa forma, legaliza uma prática de subordinação dos agricultores familiares, contrariando completamente o pressuposto principal que orienta as ações das instituições que compõem o grupo, que atribuem aos agricultores familiares o papel de “motor” do desenvolvimento regional.

Os objetivos do grupo são a discussão e o aprofundamento da questão minero-siderúrgica na região e a proposição de alternativas produtivas que, embora contemplem a questão florestal tanto na manutenção dos remanescentes florestais como na recuperação de áreas desflorestadas, não estejam necessariamente atreladas à cadeia de produção do carvão ou da madeira. Fazem parte do Grupo: CPT, Lasat, UFPA, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Copserviços, Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Fata.

4.1 Projeto coletivo escolhido para análise: Território do Sudeste do Pará

O Território do Sudeste do Pará foi escolhido para aprofundamento por apresentar características interessantes para análise: possui forte ligação com a agricultura familiar; os limites geográficos são mais facilmente identificáveis; é reconhecido como potencializador do desenvolvimento regional, notadamente da agricultura familiar; tem ligação com estruturas de beneficiamento e comercialização locais e forte vínculo com políticas públicas.

4.1.1. Processo de criação do Território do Sudeste do Pará

O Território do Sudeste do Pará, na configuração atual, tem origem na política territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em setembro de 2003, houve uma reunião coordenada pela SDT/MDA, quando foram expostos os princípios da política territorial. A definição dos municípios que viriam a fazer parte do Território do Sudeste do Pará teve como critérios: i) selecionar um número reduzido de municípios, neste primeiro momento, visando à construção do diálogo interinstitucional; ii) incluir os municípios envolvidos diretamente com o “polo de fruticultura”, sendo esta a principal estratégia no campo produtivo do movimento sindical (OLIVEIRA, 2005, *apud* MICHELOTTI *et al.*, 2006). Nas reuniões regionais subsequentes decidiu-se que o território abrangeria os seguintes municípios: Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás e Parauapebas. Esta configuração levou em conta os municípios que fazem parte da Federação das Cooperativas e Associações do Araguaia Tocantins (Fecat), uma federação de cooperativas com sede em Marabá e que beneficia e comercializa a produção de frutas de sete cooperativas localizadas nos municípios citados.

A Fecat tem sua origem no Programa de Formação, Pesquisa e Desenvolvimento, denominado Centro Agroambiental do Tocantins (CAT). Este programa foi implantado em 1988 e é fruto da parceria entre a Universidade Federal do Pará e a Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (Fata), criada pela reunião dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) dos municípios de Marabá, Jacundá (de onde se separou o município de Nova Ipixuna), São João do Araguaia (de onde foi desmembrado o município de São Domingos do Araguaia) e Itupiranga. Dentre os projetos realizados pela parceria estava uma ação-teste de comercialização do arroz, que originou a Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (Coocat). Anos mais tarde esta Cooperativa, após reestruturação

da sua composição e redirecionamento do seu foco para a fruticultura, deu origem à Fecat.

Este período também é de fortalecimento e organização das instituições representativas dos agricultores, principalmente da Fetagri Regional Sudeste do Pará, organização à qual a Fata é hoje organicamente ligada.

O CAT é, portanto, um dos primeiros projetos coletivos que surge na região e tem atuação sobre um território construído pela dinâmica emergente da organização dos STR de municípios da região. O aporte de recursos internacionais favoreceu a implantação de uma infraestrutura que possibilitou diversas ações catalisadoras da organização da Fetagri na região (atualmente a sua área de abrangência é de 17 municípios).⁹

Para a configuração geográfica do Território do Sudeste do Pará não foi levado em conta o território construído pela dinâmica organizacional das demais entidades representativas dos agricultores da região (Fetraf e MST) nem o específico da própria Fetagri. O que houve foi uma interpretação da política territorial da SDT como uma política setorial e de incentivo à produção, visto que os municípios abrangidos por ela são justamente os que compunham a rede de cooperativas de beneficiamento e comercialização de frutas. Esta interpretação é favorecida pela característica de apoio a estruturas produtivas dos projetos até então financiados pelas prefeituras com recursos do Pronaf Infraestrutura. O fato de os recursos do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDTRS)¹⁰ serem exíguos concorreu para que o número dos municípios escolhidos também fosse pequeno.

Todo o processo de criação do Território foi praticamente dominado pela Fetagri, que naquele momento era a organização representativa de agricultores com maior poder de influência nas políticas públicas regionais, graças ao seu histórico de organização na região e à capacidade de arregimentar outras instituições regionais de pesquisa e assessoria, influência esta fortalecida pela che-

gada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, já que era a organização com mais forte vinculação a este partido.

A grande influência da Fetagri no momento da criação possibilitou o desequilíbrio de forças e de poder de decisão que iria influenciar toda a subsequente configuração do Território, tanto no tocante à abrangência geográfica como no direcionamento dos recursos e projetos deste oriundos.

4.1.2. Características do Território do Sudeste do Pará

O dispositivo de discussão e deliberação do Território é a Comissão de Instalação de Ações Territoriais (Ciat) e está atualmente composto por: Incra, Agência de Comercialização do Sul e Sudeste do Pará (Arcasu), CPT, Fecat, UFPA, Emater, MST, Fetraf, Fetagri, Ibama, Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins (Amat), Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (Sagri) e os CMDRSs dos sete municípios abrangidos. Há um núcleo diretivo responsável pelo andamento das atividades mais corriqueiras, composto pelas seis primeiras instituições, sendo que o Colegiado Ampliado, órgão máximo de deliberação, inclui as demais organizações e os CMDRSs.

Os projetos territoriais¹¹ têm duas grandes áreas de aplicação: uma referente à estruturação de centros de formação e educação do campo; e a outra referente à infraestrutura produtiva, como construção de plataforma de resfriamento de leite, aquisição de câmara fria, equipamentos para beneficiamento de frutas e caminhão frigorífico. Nesta segunda área de aplicação estão localizados os projetos com maior orçamento.

Em todas as entrevistas realizadas, é ponto pacífico a demanda por um dispositivo de discussão e deliberação acerca das diversas políticas públicas com foco no desenvolvimento da agricultura familiar na região. A demanda é por diversas vezes qualificada. O apontamento é para a necessidade não só de um espaço de decisão

e divisão dos recursos, projetos e ações componentes destas políticas públicas, mas, sobretudo, de um espaço de discussão da política pública em si, cujo delineamento surgiria da expressão e discussão dos diversos referenciais acerca de desenvolvimento regional, do papel da agricultura familiar neste desenvolvimento e das estratégias consequentes. Isso culminaria na possibilidade de um modelo de desenvolvimento para a agricultura familiar, se não consensualizado, pelo menos mais bem articulado entre as instituições representativas dos agricultores.

O discurso de todos os entrevistados é unânime quanto à diversificação produtiva como necessidade primeira para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Todavia, as estratégias para alcançar este objetivo não parecem estar muito claras, apenas é possível vislumbrar algumas nuances. Em relação às três instituições representativas dos agricultores da região, é possível notar as seguintes diferenças: a Fetraf e a Fetagri apresentam maior flexibilidade quanto aos possíveis componentes diversificadores dos sistemas produtivos, aceitando, por exemplo, a introdução de espécies exóticas, como o eucalipto. A Fetagri tem uma estratégia clara apoiada na fruticultura, pecuária leiteira e pequenos animais, estratégia esta que vem ganhando força devido ao fato de a Emater estar ligada a esta entidade. O MST, por outro lado, rejeita a introdução de culturas exóticas e incorpora fortemente os princípios agroecológicos em seu discurso. O sistema produtivo propugnado pelos dirigentes do MST, baseado na incorporação da floresta como elemento produtivo por meio da implantação de sistemas agroflorestais, encontra empecilhos na sua própria estratégia de assentamento: a opção por reivindicar áreas com melhor acesso e proximidade das estradas e cidades faz com que a maioria das famílias seja assentada em áreas com pouca floresta, o que dificulta a efetivação do ideal de sistema produtivo proposto.

Apesar do amplo leque de instituições formalmente participantes da Ciat, efetivamente a participação fica reduzida às três organi-

zações representativas dos agricultores e às seguintes instituições: Incra, UFPA, CPT, Emater, Arcasu e Fecat. Esta configuração finda por fazer com que a Fetagri tenha maior poder de decisão, já que, à exceção da UFPA e do Incra, as demais têm forte ligação com esta federação. Este fato é alegado, notadamente pelo representante da Fetraf, como um dos empecilhos ao funcionamento do dispositivo como ponto de convergência e de concertação das diversas políticas públicas que incidem na região.

Outros fatores contribuem para dificultar a efetivação deste dispositivo como demandado pelos entrevistados:

- o recurso disponibilizado pela SDT, por ser exíguo (em 2007, foram 450.000,00 reais para projetos nos sete municípios) acaba por provocar atrito entre o MST, a Fetagri e a Fetraf pela disputa por projetos a serem financiados;
- a abrangência geográfica do Território não é compatível com as dinâmicas territoriais locais nem com a abrangência de outras políticas territoriais, como o Distrito Florestal de Carajás e o Território do Carajás (divisão territorial administrativa implementada pelo governo do estado do Pará que abrange 14 municípios);
- as organizações representativas dos agricultores conseguem viabilizar muitos de seus projetos sem passar por dispositivos locais de discussão de políticas públicas, graças à articulação com políticos e órgãos públicos das esferas estadual e federal;
- o próprio governo deslegitima a Ciat como espaço de convergência e discussão de políticas públicas ao criar espaços específicos para política, como no caso da Coordenação Regional da Assessoria Técnica, Social e Ambiental e da Programação Orçamentária do Incra.

O Pronaf é uma das políticas públicas que mais tem impacto no desenvolvimento da agricultura familiar regional. Isso não está somente relacionado ao montante de recurso aplicado – segundo PDTRS (2006), em média, 16 milhões de reais são aplicados anual-

mente na região –, mas também ao fato de se constituir no maior viabilizador ou mesmo indutor de inovações técnicas nos sistemas produtivos, influenciando de maneira importante nas alterações da paisagem.

A discussão do Pronaf A passa apenas *pro forma* pelo Grupo Executivo Estadual de Políticas de Reforma Agrária (Gera), na região representado pelo Incra; este apenas faz a verificação burocrática de alguns requisitos para a tomada de crédito pelo assentado, como a existência do documento do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), a regularidade documental do requerente e a inexistência de pendências com o Incra. No caso do PDA, o que se exige vai além da verificação de sua existência ou não; o que se quer é que as atividades propostas sejam coerentes com as atividades indicadas como mais adequadas quando da realização do planejamento. Mesmo sendo um crédito por produto, a inclusão de outros critérios, como a avaliação do potencial diversificador da atividade proposta em relação às outras preexistentes no sistema produtivo, possibilitaria uma ação do incentivo em todo o sistema, ou seja, na unidade familiar como um todo. Outras linhas de crédito do Pronaf (C, D e E) nem mesmo passam por qualquer dispositivo participativo de discussão e deliberação.

A Ates e o Pronaf, como duas políticas fortemente ligadas e com o potencial que apresentam de influenciar a dinâmica produtiva da agricultura familiar regional e, portanto, de viabilizar um projeto articulado dessa agricultura, caso passassem pelo dispositivo da Ciat, poderiam, ao aumentar a importância da Ciat para as instituições representativas dos agricultores, propiciar as condições para que o Território do Sudeste do Pará cumprisse o objetivo para o qual foi criado pelo governo e que dele demandam os atores regionais ligados à agricultura familiar.

As dinâmicas territoriais traduzidas na transformação da paisagem aludidas na primeira parte deste trabalho são fortemente influenciadas por estas duas políticas públicas: a Ates e o Pronaf. O

aporte de recursos nestas duas políticas na última década, se por um lado atuou no aceleração da pecuarização, por outro, ampliou as possibilidades de inovação técnica para introdução de atividades inovadoras, como a criação de pequenos animais e fruticultura, ou mesmo de elaboração de projetos que contemplem a pecuária, mas de modo a solucionar problemas técnicos e conferir maior sustentabilidade à atividade.

Todavia, a decisão do direcionamento desses recursos tem ocorrido por acordo da representação acerca de desenvolvimento próprio de cada instituição representativa dos agricultores atuantes na região, representação esta mediada pela percepção das oportunidades oferecidas pelas políticas públicas e também cerceada pelos mecanismos destas e pela forma de atuação do sistema bancário que viabiliza os recursos financeiros. O não funcionamento de um dispositivo local de discussão de políticas públicas dificulta a expressão e negociação destas diversas representações e, portanto, a possibilidade de construção de um projeto de desenvolvimento mais bem articulado para a agricultura familiar.

5. Conclusões

A multifuncionalidade da agricultura não é um discurso presente na fala dos participantes do projeto analisado. Mais frequente é o discurso da diversificação produtiva, como um dos requisitos para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Este fato é fruto da dinâmica de fronteira agrária, na qual o principal objetivo é a construção de sistemas que, em primeiro lugar, permitam a reprodução e permanência das famílias nas áreas recém-conquistadas. Tendo em conta as funções identificadas anteriormente (CARNEIRO; MALUF, 2003), o aspecto da reprodutibilidade socioeconômica das famílias termina por ser valorizado em detrimento das outras dimensões da multifuncionalidade da agricultura. A dimensão da preservação dos recursos naturais e da paisagem rural é a mais fortemente desconsiderada, pois a floresta é

vista como um empecilho à produção e, portanto, a primeira tarefa é removê-la para dar lugar às atividades consideradas mais viáveis.

Essa representação dos agricultores quanto aos recursos naturais tem raízes tanto nos traços culturais trazidos de suas regiões de origem quanto numa avaliação efetiva da viabilidade produtiva do uso da terra em relação às possibilidades de comercialização e segurança alimentar da família e da orientação produtiva das políticas públicas.

O projeto analisado, em razão do seu processo de criação, sua abrangência territorial e desequilíbrio de poder interno, além das outras considerações feitas anteriormente, não possibilita, na configuração atual, que sejam fortalecidas as múltiplas funções da agricultura no desenvolvimento regional em todas as suas implicações.

Ademais, é válida a discussão acerca do significado dessas funções em uma região como a de Marabá. No tocante à discussão sobre a função de manutenção da paisagem, convém perguntar o que seria a paisagem mais sustentável ambientalmente na Amazônia. O suposto da diversificação produtiva, alegado por muitos dos entrevistados, é o de que, quanto mais próximo o sistema produtivo da diversidade natural, maior seria a sustentabilidade. Entretanto, a incorporação da floresta como elemento produtivo efetivo ainda encontra barreiras em diversos níveis, tornando extremamente difícil o estabelecimento desses sistemas mais sustentáveis. Resta para as famílias a transformação das áreas ainda com mata em áreas de produção com elementos mais simples e que propiciem a sobrevivência da família, como as atividades anuais (milho, arroz, mandioca etc.) que garantem a alimentação da família, ou em áreas de pastagens para criação de gado bovino, que apresenta diversas vantagens de mercado em relação a outras atividades.

Alguns dos projetos financiados pelo Território do Sudeste do Pará buscam reforçar estruturas que aumentem as vantagens de outras atividades, como é o caso do financiamento de tanques de

resfriamento de leite e da estrutura de comercialização e processamento de frutas; todavia, o recurso exíguo e as dificuldades apresentadas neste trabalho tornam as iniciativas incipientes diante das necessidades.

Referências bibliográficas

- ALBALADEJO, C.; TULET, J-C. Les fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne: des terrains pour une analyse des relations société-territoire. In: *Les Fronts Pionniers de l'Amazonie brésilienne: la formation de nouveaux territoires*. ALBALADEJO, Christophe e TULET, Jean-Christian (coords.). Paris, França: L'Harmattan. 1996. (Collection Recherches et Documents – Amériques Latines).
- ASSIS, W. S. de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007. Tese de Doutorado.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO, 2003.
- BECKER, B. K. *Amazônia*. Rio de Janeiro: Ática. 1990.
- _____. Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M.; BECKER, B. et al.. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Espaço, território e paisagem). PPGeo/UFF.
- _____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, Santa Maria, n. 12, setembro de 2001. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/mundogeo/geopolitica/arquivos/beckermanazonia.pdf>>. Acesso em: 27/06/2007.
- BRITTO, G.; MOREIRA, L. F. C.; BATISTA, M. G. et al.. *Diagnóstico do Projeto de Assentamento Rancharia, Itupiranga/Pará*. MAFDS/UFPA-Embrapa, Belém, 2007 (Trabalho final da disciplina Análise e Diagnóstico dos Sistemas Agrários).
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, Renato S. (orgs.). *Para além da produção – multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro/ Brasília: Mauad-Nead, 2003.
- DE REYNAL, V. *Agricultures en front pionnier amazonienne, région de Marabá (Pará, Brésil)*. INA-PG, Paris, 1999. Tese de Doutorado.
- DE REYNAL, V.; MUCHAGATA, M. G.; TOPALL, O. *Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica*. LASAT-CAT/

- GRET/UAG. Paris: Nouvelle Imprimerie Laballery, 1995. Ed. Bilingue.
- DETER. Proposta de acompanhamento do plano territorial de ações integradas-PTAI do programa Territórios da Cidadania. MDS, Brasília, 2008.
- DE SARTRE, X. A. Agriculture familiale en front pionnier amazonien: la sédentarisation en question. *Natures Sciences Sociétés*. Elsevier, Paris, n. 11, 2003.
- DUVERNOY, I. *Diagnostic de la pérennisation de l'activité agricole dans la frontière agraire de Misiones (Argentine): une methode de généralisation spatiale*. INRA-SAD, Toulouse, França, 1994. Tese de Doutorado.
- ESCADA, I. *Desflorestamento em assentamentos no leste do Pará nos períodos de 1997-2000*. Projeto Geoma/MCT. (No prelo).
- FOWERAKER, J. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Traduzido por Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: COELHO, M. C. N. et al.. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento rural*. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001.
- MELLO, J. L. B. de. A fronteira dos desencontros. In: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. Revista Sociologias-Resenhas, Porto Alegre. Ano 3. n. 5. jan./jun. 2001.
- MICHELOTTI, F.; ALVES, L. N.; ALVES, A. M. N. et al. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental da agricultura familiar & Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará*. Marabá, Lasat-MDS/SDT, 2006.
- MICHELOTTI, F.; RIBEIRO, B. M. F.; FLORENCIO, S. R. A Resistência Camponesa na Construção do Território do Sudeste Paraense (1995-2004). In: MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. (org.). *Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural*. Belém-PA: NAEA / UFPA, 2006.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente [on-line] Disponível em: <www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=95&idMenu=4881>. Acesso em 12/01/2008.
- NASCIMENTO, H. F. do; MACEDO, M. R. A.; SILVA, M. C. V. da. et al. *Diagnóstico do Projeto de Assentamento Pensão da Onça, Itupiranga, Pará*. MAFDS/UFPA-Embrapa, Belém, 2007 (Trabalho final da disciplina

Análise e Diagnóstico dos Sistemas Agrários).

OLIVEIRA, A. U. *Integrar para não entregar*: políticas públicas e Amazônia. 2. ed. Campinas: Papirus: 1991 (Série Educando).

OLIVEIRA, M. C. C. de; VEIGA, I.; MASTOP-LIMA, L. N.; TAVARES, F. B. Políticas de apoio à agricultura familiar e evolução do sistema agrário no sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6., 2004, Aracaju. *Anais*. Aracaju: SBSP/Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2004.

OLIVEIRA, M. C. C. de; DE REYNAL, V. *Projeto Zone Atelier. Environnement et développement en front pionnier amazonien*: étude de sites et analyse de Marabá, Lasat/NEAF/UFGA, 2003. (Relatório Técnico de Pesquisa).

OLIVEIRA, M. C. C. de; SILVA, W. R. da; ASSIS, W. S. de. *Estudo sobre processo de migração de agricultores familiares na área rural da região de Marabá*. Marabá: Lasat. 2001.

SAWYER, D. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. In: *Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. ARAGÓN, Luís E. Aragón e MOUGEOT, Luc J. A. (orgs.). Belém: UFPA-NAEA- CNPq. Cadernos do NAEA n. 8, 1986.

SEPOF – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças [on-line]. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/municipio.html#>. Acesso em 07/11/2007.

VEIGA, I.; OLIVEIRA, M. C. de; BENTES, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no sul e sudeste do Pará. In: TONNEAU, J. P. & SABOURIN, E. (orgs.). *Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Notas

¹ O Lasat é constituído por uma equipe de pesquisa-desenvolvimento vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (Neaf), da Universidade Federal do Pará.

² O território da cidadania do Sudeste do Pará abrange os municípios

de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás e Parauapebas.

³ Essa importância vinha, principalmente, da existência nessa área do chamado “Polígono dos Castanhais”.

⁴ Algumas ações do governo nesse sentido são: alterações no tamanho da Reserva Legal, a obrigatoriedade de autorização para a realização de queimadas, as exigências do Ibama com relação ao licenciamento ambiental para a criação de novos assentamentos, a necessidade de afirmação do Termo de Ajustamento de Conduta por parte dos agricultores como condição para o acesso ao crédito e a tentativa de criação do Distrito Florestal visando garantir a oferta de carvão vegetal para as guseiras existentes na região.

⁵ Algumas informações e análises feitas nesta seção são baseadas em levantamentos de campo realizados no âmbito de pesquisa de doutorado (em andamento).

⁶ Segundo dados do Incra/SR-27 (2006), só os assentamentos correspondem a 34% da área da região de Marabá (aproximadamente, 998.700 ha), envolvendo mais de 15.600 famílias; além disso, de acordo com CPT (2005) citado por Michelotti *et al.* (2006), há mais de 3.970 famílias ocupando 39 áreas de fazendas, à espera da regularização pelo Incra.

⁷ Em Marabá estão instaladas estruturas importantes, como o Hospital Regional, a sede da Unidade Regional de Educação (URE), os *campi* das universidades federal e estadual, a sede da Superintendência do Incra/SR-27, o escritório regional do Ibama e de uma série de representações regionais de órgãos federais e estaduais.

⁸ Estas prestadoras começaram a se estruturar a partir de programa federal direcionado para a criação de uma “nova assistência técnica”. Várias delas foram criadas já com base nas equipes formadas na época do Programa Lumiar.

⁹ Marabá, Itupiranga, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas, Canaã dos Carajás, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo, Rondon do Pará, Nova Ipixuna e Jacundá.

¹⁰ Programa que substituiu o Pronaf Infraestrutura.

¹¹ Muitos ainda não foram efetivados por problemas burocráticos.

ASSIS, William Santos de; Myriam Oliveira; Fábio Halmenschlager. Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril 2008, vol. 16 no. 2, p. 228-261. ISSN 1413-0580.

Resumo. (*Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental*). Este texto caracteriza as dinâmicas e os projetos territoriais em curso na região do sudeste paraense e fornece elementos para reflexão sobre o desenvolvimento regional. Nessa região, as políticas governamentais têm sido as principais desencadeadoras das atuais dinâmicas territoriais sem, no entanto, serem capazes de potencializar as múltiplas funções da agricultura familiar. Uma das razões para que essa multifuncionalidade não seja contemplada é que sua execução segue um viés setorializado, com envolvimento desigual das instituições ligadas à agricultura familiar ou mesmo com o desconhecimento de outros setores da região e seus atores..

Palavras-chave: projetos territoriais; multifuncionalidade; agricultura familiar.

Abstract. (*Territorial dynamics and the complexities of agrarian frontier areas in the eastern Amazon*). This paper tries to characterize the dynamics and the territorial projects underway in the southeast region of Pará and also offers elements for a reflection on regional development. In this region governmental policies had been the main incentive for the current territorial dynamics but were unable to boost the multiple functions of smallholder (family) farming. In the case of the territorial development policies which were taken for the analysis, one reason this multifunctionality wouldn't be contemplated with incentives is because the policy application is sectorally biased with an unequal involvement of the institutions related to smallholder (family) farming or even due to the ignorance of other regional sectors and their actors of these policies.

Key words: territorial projects, multifunctionality, small holders (family) agriculture.